

O percurso da polarização

Luiz Marques

02/03/2026

1.

A história das ideias acompanha todos movimentos políticos e sociais. É assim que o fascismo da década de 1920 na Itália e o nazismo dos anos 1930 na Alemanha geram a noção que abrange a esfera pública e privada: Estado totalitário. O conceito alerta para a crise do liberalismo, de modo a apreender as mudanças.

Na sequência, o tático pacto de não agressão (1939-1941) da Alemanha nazista com a URSS estende o termo “totalitarismo” ao comunismo soviético, nas narrativas jornalística e acadêmica. Une os sistemas avessos à democracia, enquanto o dito “pluralismo” celebra com ufanismo o *american way of life* no pós-guerra.

À medida que a luta pela liberdade opõe o capitalismo ao bloco submisso às diretrizes de Moscou, o nazifascismo é secundarizado pelas elites ocidentais. Baterias disparam fogo então contra as governanças que, na teoria ou na prática, ainda se reivindicam do marxismo. Cuba resiste a um bloqueio econômico criminoso.



Para Russell Jacoby, em *O fim da utopia: política e cultura na era da apatia*, a pinça ideológica se deve aos propagandistas da ideia serem pensadores de extraordinário prestígio e força. A condição de foragidos dos polos em conflito mantém acesa a dialética entre a bipolaridade geopolítica e a identidade conceitual, de fundo.

– Em 1944, Friedrich Hayek lança o libelo *O caminho para a servidão*. O futuro Prêmio Nobel de Economia vê o comunismo e o nazifascismo como “variantes do totalitarismo”. Preocupa-se com a disseminação do ideário socialista na nova pátria (nascido austríaco, torna-se cidadão britânico). O Estado providenciário, para ele, é o prenúncio de um colapso da liberdade individual.

– No ano seguinte, Karl Popper publica *A sociedade aberta e seus inimigos*, com raras alusões ao nazifascismo. Mira “o espectro que ronda a Europa: o comunismo”. Jacob Talmon, em *As origens da democracia totalitária*, vaticina a “colisão frontal” da democracia liberal e a democracia iliberal. Remete às Revoluções Francesa e Russa, acusando jacobinos e bolcheviques de um “messianismo político”. Sobre o

genocídio na II Guerra, silêncio obsequioso.

– Hannah Arendt criminaliza os regimes soviético e nazifascista de abrigarem “ideologias totalizantes”. Isaiah Berlin identifica dois tipos de liberdade; negativa (liberdade *de*) e positiva (liberdade *para*). A negativa “deixa o indivíduo livre de controle”. A positiva “implica uma coerção e expõe o núcleo de credos nacionalistas de nossa época”. Narciso só gosta do que vê refletido no espelho.

Hoje os refrões salientam a dicotomia para elogiar o misto de democracia e de oligarquia da ilusória terceira via, que carrega nas tintas para depreciar a alternativa “sectária, messiânica e utópica” representada pelo presidente Lula; e para desqualificar o Partido dos Trabalhadores. Vide a seleta reunida por José Giusti Tavares, em *Totalitarismo tardio: o caso do PT*; com a foto de Lenin na famosa Estação Finlândia, de Petrogrado, na capa estilizada (*sic*).

2.

Os intelectuais são reconhecidos como um grupo social em fins do século XIX. A carta de Émile Zola, “*J'accuse!*”, que clama por verdade e justiça no caso Dreyfus, simboliza uma certidão de nascimento da *intelligentsia* e o berço do engajamento em causas contemporâneas. Sua palavra passa a influir nos acontecimentos políticos, sempre para nomear o que é o bem e o que é o mal.

Ocorre que seu zelo pela verdade e a justiça é sequestrado pelo deus-mercado, no neoliberalismo. A frase de Fernando Henrique Cardoso (“Esqueçam o que escrevi”) é uma apostasia. A crítica ao Estado prefacia o empreendedorismo. A antirreligiosidade tropeça no conservadorismo teocrático. O planejamento cede às mentiras. Os fins justificam os meios no eclipse da ética e da consciência.

A certeza que resta ao centro político se confunde agora com as distopias. O lema “razão, tolerância, humanidade” dá lugar a um “conformismo, oportunismo, egoísmo”. Vulgarmente falando, não há *persona* mais materialista do que a convertida à globalização do empirismo. A tolerância e o respeito à soberania popular e nacional se dissolvem na demagogia que despolitiza a política.

A *Folha de S. Paulo*, diante da pressão sindical endossada pelo governo federal sobre a escala 6 x 1, reacende os argumentos de fachada com ideias remanescentes do período colonial-escravista. Concorda com a demanda trabalhista, mas daqui a cem anos. Falta no tabuleiro brasileiro moderno o abolicionista de prisas eras. Os apóstatas amarram a bandeira da liberdade a reboque das finanças e das *big techs*. Os penduricalhos são os juro cobrados por castas.

Treinados nas caixas registradoras da mais-valia, os jornalistas (*influencers*) comportam-se como capitães-do-mato do capital. Como se lê em um manifesto do surrealismo, o medo de ser feliz “reduz a imaginação a um estado de escravidão”. Significa “trair em si mesmo todo senso de justiça”. Afinal, “só a imaginação é capaz de proporcionar um vislumbre do que pode vir a ser”.

Entre o utopismo e o burocratismo, a imprensa prefere burocratas acovardados em postos de mando no aparelho estatal. Ignora “o livro dos mortos do século XX”, o qual calcula que no lapso temporal cem milhões de pessoas tiveram ceifadas suas vidas.

No cenário de violência figuram as guerras mundiais, a guerra sino-japonesa, guerra civil russa, guerra civil espanhola, Estado soviético e extermínio de judeus. Sem contar as baixas no Camboja, Vietnã, Argélia, Líbia, Bósnia, Ruanda, Afeganistão, Iraque, Palestina e os tantos assassinatos na América Latina.

As determinações administrativas incentivam a “banalização do mal” com personagens medíocres, sem uma índole demoníaca, até receber a ordem para matar inocentes. Esses obedientes autômatos suspendem o pensamento para, *a posteriori*, sentar à mesa com a família, orar e dormir sem nenhum remorso; feito Eichmann.

A apologia do pluralismo e da diversidade sem o desejo de ir além do presente não contempla o direito à liberdade e à felicidade. A amputação da utopia por medo do totalitarismo não é um gesto de prudência, senão uma capitulação racionalizada por quem – teórica e politicamente – não ousa olhar para o futuro com esperança e coragem. Em paralelo, a extrema direita oferece apenas o ódio.

Para Chantal Mouffé, em *Por um populismo de esquerda*, a crise da hegemonia neoliberal coloca frente a frente o *populisme de droite*, que mina estruturas republicanas para implantar o regime de exceção; e o *populisme de gauche* que interpela a vontade coletiva com discurso democrático para mobilizar afetos políticos em torno da igualdade e justiça social. O primeiro é autoritário e golpista. O segundo garante a democracia e suas instituições, com um governo ao lado do povo trabalhador. A escolha é nossa.

No percurso da polarização, o centrismo midiático é a rendição à barbárie. Muito pior do que nos decênios vinte e trinta, dado o armamento nuclear estocado nos porões da insensatez. *Capisce?*

Luiz Marques é Docente de Ciência Política na UFRGS; ex-Secretário de Estado da Cultura no Rio Grande do Sul.

Compartilhe nas redes: